

AS PROBLEMÁTICAS URBANAS PERTINENTES AS CIDADES MÉDIAS DO SEMIÁRIDO

Carla Caroline Alves Carvalho

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
carvcarolc@gmail.com

Manoel Mariano Neto da Silva

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
marianop.paiva2@gmail.com

Larissa da Silva Ferreira Alves

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
larissa0185@gmail.com

Almir Mariano de Sousa Junior

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
almir.mariano@ufersa.edu.br

DINÂMICA URBANO REGIONAL

Resumo:

As dinâmicas territoriais das cidades médias passaram por grandes modificações ao passo que ganham destaque na rede urbana local, como também participam, em diferentes intensidades, do processo de globalização. Em contrapartida, surgem nessas cidades diferentes problemáticas que são consideradas como sendo características de metrópoles. Dentre elas está a fragmentação socioespacial, na qual espaços desiguais ao longo desses territórios diferenciam os modos de ocupação e consumo do solo urbano bem como favorecem a marginalização de grande parte da população aos recursos e serviços oferecidos pelas cidades. Nesse sentido essa pesquisa tem como objetivo investigar a problemática da fragmentação socioespacial pertinente as cidades médias do semiárido. Para o alcance do objetivo traçado esse estudo teve uma abordagem de dados qualitativa com base em consultas à literatura e a dados estatísticos. A partir de então, pode-se notar que as cidades médias exercem um importante papel da dinâmica urbano regional do semiárido. Porém, o espaço urbano é produzido mediante a lógica de acumulação capitalista e isso se reverbera na acentuação da fragmentação socioespacial, que exclui grande parte da população do acesso a recursos como infraestrutura urbana, moradia, mobilidade, educação e transporte de qualidade. Além disso, pode-se notar que existem simultaneamente a isso a autosegregação, na qual determinados grupos, no geral de classes dominantes, se isolam das demais camadas sociais.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial; cidades médias; semiárido.

01. Introdução

A formação urbana está permeada pela heterogeneidade, isso porque houve uma considerável construção de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas. Na segunda metade do século XX, as áreas metropolitanas situadas no sudeste recebiam a grande maioria do fluxo de migrações do país. Nesse momento, essas grandes cidades concentravam majoritariamente os investimentos estatais e privados, e por isso detinham a representatividades no contexto da divisão de trabalho nas redes urbanas quando comparadas com as médias e pequenas cidades.

Paralelamente a isso, surgem no país preocupações ligadas a promoção do desenvolvimento regional, dado que as grandes cidades possuíam problemas para comportar a população, em virtude da insuficiência de recursos, serviços e infraestrutura, o que provoca conflitos e prejudica os interesses capitalistas. Desse modo, a partir do final do século XX é possível notar modificações na direção dos fluxos migratórios para as cidades médias, apesar de grande parcela ainda se dirigirem para as metrópoles (CALVETE,2011).

A emergência das cidades médias nesse contexto provoca uma série de mudanças no espaço urbano bem como nas relações existentes em uma rede urbana. De tal modo que há também uma reformulação nas dinâmicas da relações entre o agentes produtores espaço influenciando diretamente na forma como se apropriam deste e o modelam, deixando-o fragmentado.

Porém, problemáticas urbanas semelhantes aquelas existentes em cidades grandes estão presentes também nas cidades médias, como: poucos instrumentos de planejamento urbana, ocupação desordenada, carência de infraestrutura, deficiência na prestação de serviços, impactos ambientais e a irregularidade fundiária. Além disso está a fragmentação socioespacial, a qual evidencia a separação social e espacial, principalmente, entre os segmentos de alto e baixo poder aquisitivo (BEZERRA, LIMA; 2011).

No semiárido nordestino, onde o papel da cidade médias nas redes urbanas protagoniza a dinâmica urbana regional, o estudo a acerca das problemáticas urbanas desses espaços sob o enfoque da fragmentação social é importante para o entendimento dos aspectos que contribuem para a formação urbana caracterizada pelas desigualdades e, conseqüentemente identificar os efeitos dessa realidade. Para tanto, essa pesquisa tem como objetivo investigar a problemática da fragmentação socioespacial pertinente as cidades médias do semiárido.

02. Entendo as cidades médias no contexto do semiárido

A interiorização do processo de urbanização do país e a considerável emergência das cidades médias no cenário nacional favorece o fato delas terem se tornado, em números crescentes, o alvo de pesquisa de diferentes estudiosos. A discussão acerca da cidade média, comumente, temáticas como a renda fundiária urbana, a redefinição do uso do solo urbano, o centro e a centralidade urbana, a verticalização do espaço bem como os respectivos papéis exercidos por essas cidades em suas regiões. Porém, no que se refere a definição do conceito de cidade média, ainda há divergências entre os pesquisadores da área.

Isso acontece em virtude da diversidade e heterogeneidade vivenciada pelo Brasil no tocante as características de suas aglomerações urbanas ao longo de todo o território, bem como a temporalidade dessas pesquisas que dificultam a implementação de uma única proposta teórico-metodológica que seja suficiente para abordar todas as situações existentes no país (BEZERRA, 2011).

A caracterização das cidades com os adjetivos “pequena”, “média” e “grande” faz uma alusão a escala de grandeza, o que direciona o estudo para as redes e hierarquias urbanas. Essa nomenclatura leva uma tendência de classificação das cidades a partir das densidades demográficas. Segundo Silva (2013), as primeiras abordagens teóricas sobre a cidade média surgiram em 1970 e faziam alusão ao seu tamanho, a partir do contingente populacional. Isso torna a cidade média como sendo uma intermediária entre a grande e a pequena (MAIA, 2010).

Porém, no contexto das cidades médias e pequenas, a pluralidade é tão expressiva que uma cidade com 100 mil habitantes no interior da Bahia não é semelhante a uma cidade de mesmo contingente populacional no estado de São Paulo (MAIA, 2010). A partir de então, Doralice Maia (2010), ressalta a importância de se analisar outras condições para a definição de cidade média e pequena como a função nas relações interurbana e intraurbana. Logo, tomando como base a definição da autora a partir da dimensão populacional, cidade média seria aquela com uma população maior que 20 mil habitantes e inferior a 500 mil habitantes.

É nesse sentido que o entendimento da cidade média ultrapassa os limites de apenas uma variável quantitativa e ganha espaço na análise quantitativa da função urbana. Rocha (2012) afirma que esta não é definida somente com a dinâmica e organização interna, mas também a partir da relação e da interação que se estabeleceu com as demais, de forma que não figura apenas as

metrópoles e sim a rede de interação espacial entre as pequenas, médias e grandes cidades dentro de suas respectivas escalas de articulação.

Dessa forma, a função principal das cidades médias, de acordo com Ione Rocha (2012) é a de dar suporte as necessidades das cidades menores no tocante as suas demandas de consumo, mediante a dificuldade de articulação direta com as capitais e metrópoles. Além disso, a autora ressalta ainda que as cidades médias tem apresentado cada vez mais concentração de atividades políticas, administrativas e econômicas, que exercem significativos efeitos sobre a valorização do espaço urbano.

É partir de então que as cidades médias ganham novas capacidades de atrair a população migrante. Mediante a isso, o nordeste vivencia uma importante modificação no sentido de fluxos migratórios. Pois, o que antes tinha um padrão de alta emigração, entre as décadas de 1950 e 1980, hoje possui taxas negativas de migração.

Nesse contexto é importante ressaltar que o semiárido teve um processo de urbanização mais lento que os grandes centros urbanos do país, de modo que foi estimulado pelas relações de produção desigual. Assim, por meio das migração no sentido do campo para a cidade, os municípios que obtiveram maiores taxas de crescimento no país foram as cidades de menor porte, com destaque para as cidades médias, que exercem uma importante função no desenvolvimento econômico da localidade (Nascimento, Oliveira; 2015).

É válido ressaltar que no semiárido o aumento do poder de atração populacional, não implica necessariamente na efetivação de migrações permanentes, de tal modo que as cidades médias recebem um grande fluxo de população temporária. Além disso, Nascimento e Oliveira (2015) destacam que outro tipo de mobilidade muito recorrente a essa realidade é a migração de retorno, na qual a população que anteriormente migrou para outras regiões ou para as capitais e metrópoles, retorna para essas cidades no intuito de se reaproximar de parentes e familiares.

O Nordeste é uma região onde se tem uma grande quantidade de cidades pequenas e médias em detrimento das cidades grandes. De acordo com os dados do Sidra (IBGE, 2000) existiam 88 cidades com uma população inferior a 1000 habitantes, porém a estimativa da população para o ano de 2016 (IBGE, 2016) é que atualmente a região não possui nenhuma cidade com esse quantitativo. Enquanto isso, no outro extremo, existiam oito cidades com um contingente populacional superior a 500.000, sendo que destas 7 são capitais. Para o ano de 2016 a estimativa aponta que houve um

pequeno aumento nesse número, chegando a um total de 11 cidades. Isso evidencia que houve um significativo crescimento das cidades pequenas.

Isso evidencia a maior disposição de cidades médias ao longo do território da região nordeste, as quais também diminuem ao passo que aumentam o número de habitantes, a figura 1 mostra esse decréscimo:

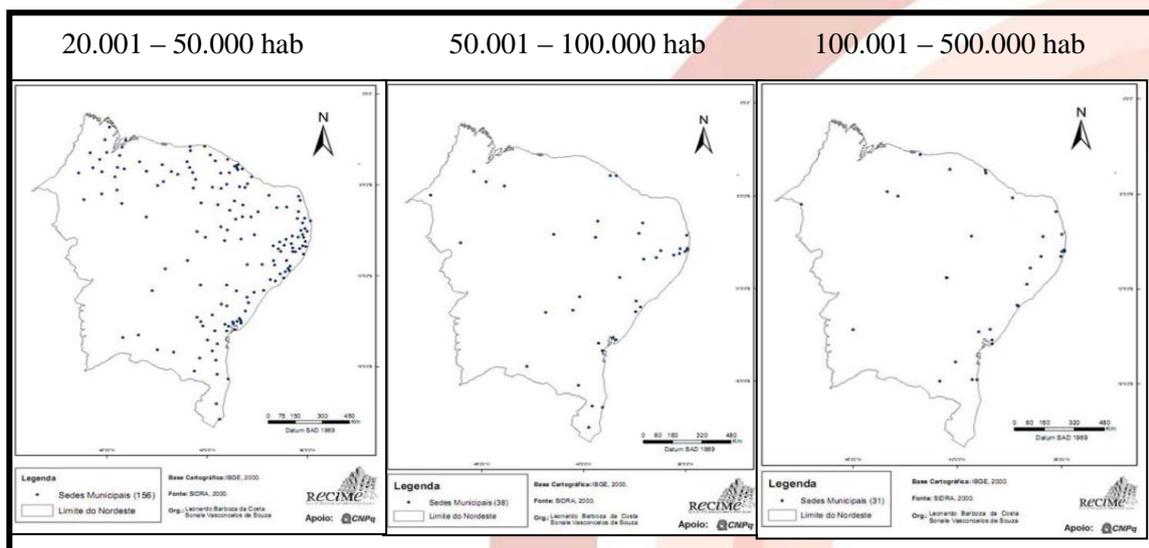


Figura 01: cidades médias do nordeste

Fonte: Adaptado de Maia (2010)

O total de cidades com população entre 20.001 e 50 mil habitantes é de 156; já, na faixa seguinte, compreendida entre 50.001 e 100 mil, observa-se uma redução para 38 sedes municipais. Enquanto que no último grupo, entre 100.001 e 500 mil (MAIA, 2010) o número totaliza para 31. Para a estimativa populacional de 2016, a figura 02 traz as especificações.

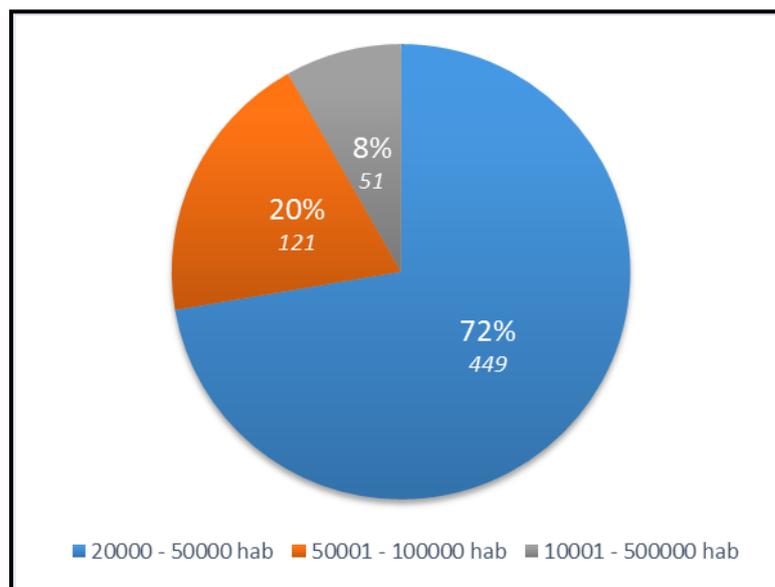


Figura 02: Estimativa populacional das cidades médias em 2016

Fonte: IBGE (2016)

Isso mostra que houve um crescimento considerável de cidades tidas como médias, pois o total passou de 225 para 621. Além disso pode-se observar que a faixa de 50.001 a 100 mil habitantes obteve entre 2000 e 2016 uma maior proporção de sua taxa de crescimento, seguida pela faixa de 20 mil a 50 mil habitantes.

A inserção de melhores infraestruturas, disponibilidade de serviços, menos insegurança, crescimento econômico associados a um melhor custo benefício, torna a cidade média mais atrativa para se morar do que as grandes cidades, que demandam de altos custo de sobrevivência. Isso contribui tanto para atrair novos habitantes, como também para influenciar no retorno daqueles que migraram anteriormente para outras áreas e até para fixar a população local. Assim, as cidades médias assumem um importante papel no contexto do semiárido, pois são responsáveis pela melhoria da dinâmica urbana da região ao passo que se articulam e interagem com as cidades de sua rede.

03. Cidades médias e fragmentação socioespacial

As discussões e conceitos que englobam o espaço urbano estão diretamente associados às cidades, uma vez que ambos são constituídos basicamente pelos mesmos agentes formadores, que de acordo com Corrêa (2000) podem ser divididos em cinco grupos distintos, sendo estes: os

proprietários dos meios de produção, onde os responsáveis pelo setor industrial ganham um maior destaque; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o estado; e os grupos sociais excluídos.

O setor industrial, dentre os meios de produção é o que apresenta maiores impactos para a formação e ocupação do espaço urbano. Nos grandes centros urbanos, onde as atividades industriais se apresentam de forma expressiva, a ação de ocupação espacial leva a formação de grandes centros industriais e nos entornos destes ambientes ocorre a ocupação por um público que se caracteriza pelo baixo poder aquisitivo e pela dependência direta desse sistema de produção, para manter os padrões mínimos de bem estar social. Assim, as indústrias e suas periferias, apresentam contribuições imensuráveis diante da formação das cidades, visto que de acordo com Biasotto (2013), a ação do setor industrial modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra.

Trazendo a discussão para o cenário das cidades médias situadas no semiárido nordestino, percebe-se que há uma heterogeneidade no tocante as relações da indústria com a formação do espaço urbano, tendo em vista que muitas dessas cidades se destacam devido a ação dos mais diversos setores, como o comércio e a prestação de serviços. Além disso, as cidades médias podem apresentar tamanhos muito distintos, o que também influencia essa heterogeneidade. Logo, a indústria pode se mostrar com diferentes níveis de importância frente à realidade desses centros urbanos, uma vez que não necessariamente ocorre a formação de setores bem definidos, com uma ocupação periférica. No entanto, trata-se de um setor presente, mesmo que em pequenas magnitudes e distribuído de forma fragmentada.

Quanto a ação dos proprietários fundiários, Costa (2014) enfoca que estes atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária a partir de suas propriedades, buscando que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente o uso comercial ou residencial. Ressalta-se ainda que alguns proprietários fundiários podem ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente no que tange ao sistema viário.

Nessa perspectiva a lógica de acumulação do capital recai sobre a ação dos proprietários fundiários, que propiciam a formação de subespaços com características socioespaciais distintas na malha urbana. Dessa forma, surgem as desigualdades frente a ocupação e à formação do espaço e consigo os movimentos de segregação.

Já os agentes imobiliários, são responsáveis parcialmente ou totalmente pela incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel. Silva (2010) pontua que tais aspectos contribuem diretamente para a ocorrência da especulação imobiliária, que por sua vez é muito presente no contexto urbano e interfere diretamente na forma como as mais variadas camadas sociais ocupam o espaço.

A atuação dos agentes imobiliários também contribui para a segregação socioespacial. Diante disso, Maricato (2013) afirma que a cidade constitui um grande patrimônio histórico e social, mas sua apropriação é desigual em decorrência da renda imobiliária ou localização, pois esses fatores possuem um preço devido aos seus atributos. Já Pozzo (2008) pontua que as últimas décadas foram marcadas pela produção de níveis elevados de segregação socioespacial em cidades brasileiras, o que promove uma separação explícita diante da ocupação do espaço frente às esferas de alto e baixo poder aquisitivo.

Outro aspecto que ganha ênfase nesse meio é a altosegregação, que de acordo com Pozzo (2008) promove uma descontinuidade territorial. O processo de altosegregação se dá a partir da formação de novos habitats, que se caracterizam como sendo loteamentos fechados e condomínios voltados aos segmentos de alto poder aquisitivo. Nesse sentido, torna-se explícito o fato de que as camadas mais elevadas da sociedade se altosegregam o restante do meio social e tal fator vem a impactar diretamente na mobilidade e distribuição de equipamentos urbanos, intensificando a fragmentação do espaço.

Diante desses aspectos, Carlos (2013) aponta que a produção do espaço urbano é transformada em produção de mercadoria, dado que ela acontece sob a lógica de valorização do capital, na qual o espaço se torna mercadoria de forma que o seu valor de uso se redefine em valor de troca. A partir de então a produção do espaço se dá socialmente, porém a apropriação é privada, ou seja, o acesso a diferentes lugares da cidade é feita por meio da mediação do mercado imobiliário. Isso permite a acentuação da fragmentação socioespacial, dado que apenas parcela da população poderão custear esse acesso.

Vale ressaltar ainda, que apesar de Carlos (2013) fazer um estudo voltado para cidades grandes, os problemas urbanos são de ordem do capital e variam nas demais cidades somente em grau de intensidades, estando portando presentes também em cidades médias. Assim, a partir do aumento da dinâmica urbana da cidade pela inserção de fatores econômicos é comum o surgimento

crescente de espaços de fragmentação ao longo do processo de expansão urbana, mediante o aumento da especulação imobiliária.

A ação do estado como agente formador do espaço urbano se mostra de forma muito complexa e reflete diretamente na dinâmica social da qual é parte constituinte. Assim, muitos instrumentos são adotados para moldar as características do espaço, onde pode-se citar a regulação da ocupação do solo, mobilização de reservas fundiárias públicas e o investimento público na formação do espaço. Silva et al (2010) afirma que tais instrumentos orientam a ocupação do espaço, e mostra ainda que este aspecto pode propiciar danos a longo prazo quanto ao desenvolvimento de determinadas regiões.

O último agente formador do espaço urbano é constituído pela parcela populacional que não possui condições de residir em ambientes com condições salubres. Corrêa (2000) afirma que este é um dos fatores, que juntamente ao desemprego, doenças e subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as favelas. Tais aspectos possuem uma ligação direta com os demais agentes formadores do espaço urbano já citados, visto que a ocupação de áreas menos favorecidas se caracteriza como uma forma de resistência à segregação social e sobrevivência frente a absoluta falta de outros meios habitacionais.

Sob a perspectiva da reprodução das desigualdades sociais ao longo do processo de formação urbana se dão formas diferenciadas de uso e ocupação do solo, as quais além de fragmentar a cidade, contribuem para a promoção de diferentes outras problemáticas inerentes ao contexto urbano. Dentre elas, pode-se citar a crise ambiental gerada pela carência de acesso aos serviços e infraestruturas, disponibilizadas somente em determinadas áreas, as quais são normalmente habitadas por uma população de alto e médio poder aquisitivo. Além disso, ao passo em que se acentua a fragmentação do espaço aumentam as áreas de irregularidade fundiária urbana, onde a exclusão se dá como um todo, pois acontece na esfera social, econômica, ambiental, jurídica e cultural (MARICATO, 2003).

04. Considerações finais

As cidades médias do semiárido representam importantes funções em suas redes urbanas, se articulando e interagindo com as demais cidades. O crescimento dessas cidades influencia na modificação da dinâmica territorial do seu entorno, gerando portanto impacto sob a rede urbana. No entanto, a reprodução dos valores capitalista na produção do espaço urbano, permite que o valor de troca do solo substitua o seu valor de uso. Isso tem forte contribuição para a geração da fragmentação socioespacial na cidade, a qual contribui a acentuação de diferentes problemáticas urbanas. Nesse sentido, é importante ressaltar que a segregação pode acontecer para os grupos sociais excluídos sem que estes contribuam diretamente para tal condição, como também podem se dar através da autosegregação, no qual determinados grupos, no geral de classes dominantes, se isolam das demais camadas sociais.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. O ESPAÇO URBANO. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Fábio Rodrigues da. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. *Percurso - Nemo*, Maringá, v. 6, n. 1, p.63-79, jun. 2014.

BEZERRA, Josué Alencar; LIMA, Keliane Queiroz de. Desigualdades socioespaciais em pequenas cidades: a segregação residencial na cidade de Pau dos Ferros-RN. *Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 1, n. 1, p.43-54, jan. 2011. Semestral. Disponível em:

<<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/120/111>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BIASOTTO, Rosane. *Desenvolvimento Urbano e Planejamento Territorial: o caso brasileiro*. 2013. Disponível em:

<http://www.ibam.org.br/media/arquivos/seminario_intenacional_ot_chile_rosane_final.pdf>.

Acesso em: 05 dez. 2016.

CALVETE, A. dos S. O papel das cidades médias da urbanização brasileira: um estudo de caso sobre a cidade de Palhoça-SC. 2011. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em:

<<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia302598>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" e a "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SUOUZA, Marcelo Lopes de;

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-73.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 30 nov. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2005.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas no Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso. Salvador: Sei, 2010. p. 13-37.

MARICATO, Emínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: ASTRIOTA, L.B. (org.) Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: editora Arte, 2003. p. 78-96.

MARICATO, E.; et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NASCIMENTO, TIAGO CARLOS LIMA DO; OLIVEIRA, HERICK CIDARTA GOMES DE. "Análise das migrações intrarregionais no semiárido setentrional", p.113-126. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

POZZO, Clayton Ferreira dal. FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: PRÁTICAS ESPACIAIS DO CONSUMO SEGMENTADO EM RIBEIRÃO PRETO E PRESIDENTE PRUDENTE. Revista da Anpege, [s.l.], v. 11, n. 16, p.279-324, 2015. ANPEGE - Revista. <http://dx.doi.org/10.5418/ra2015.1116.0012>.

ROCHA, Ione dos Santos. As cidades médias como formas de reprodução e valorização do espaço urbano: apontamentos teóricos para uma análise da importância da cidade de Vitória da Conquista - Bahia. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 5., 2012, Vitória da Conquista. Anais Vitória da Conquista: 2012. p. 1 - 14.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013.

SILVA, José Afonso da. DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 468 p.